

Constituinte veta contratos de risco

BRASÍLIA — A Constituinte vetou novos contratos de risco ao rejeitar, ontem, por 232 votos a 72 e 14 abstenções, emenda do Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) que abria exceção no monopólio estatal do petróleo e gás natural a empresas nacionais, sob prévia autorização do Congresso. Os contratos em vigor serão preservados nas disposições transitórias da nova Carta.

Logo que a sessão começou, o Deputado Aécio Neves (PMDB-MG) retirou emenda de sua autoria, que o Centrão desejava destacar, que permitia contratos de risco com autorização do Congresso.

Aécio explicou ao Líder do PMDB, Mário Covas, que apresentara a proposta para levá-la a votação no caso de a Constituinte conservar os contratos. Com a aprovação, na sessão da véspera, do monopólio estatal, retirava a emenda.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não acolheu a questão de ordem do Vice-Líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, que contestava o direito do autor de desistir da proposta.

Na mesma sessão, foi aprovada, por 321 votos a dois e sete abstenções, fusão de emendas estabelecendo que a lei dará prioridade aos navios brasileiros no transporte marítimo e exigirá reciprocidade internacional. Outra fusão aprovada, por 336 votos a 19 e 16 abstenções, tornou privativa de embarcações brasileiras a navegação de cabotagem, ressalvados apenas casos de necessidade pública. O dispositivo visa a estimular a indústria naval brasileira e economizar cerca de US\$ 1,5 bilhão (CZ\$ 206 bilhões) despendidos anualmente em fretes pagos a navios de bandeiras estrangeiras no próprio litoral brasileiro.

O Deputado Mauro Campos (PMDB-MG), armador, acredita que a aprovação da emenda vá estimular a formulação de uma política de navegação, pois a atual é tão ineficaz que a frota brasileira hoje é menor que a de 1969.



Ouve-se o resultado: 232 votos protegem o monopólio estatal do petróleo

Por 271 votos a 53 e nove abstenções, foi rejeitada emenda do Senador Afonso Camargo (PTB-PR) que pretendia estabelecer limite nacional de faturamento, calculado anualmente, para caracterizar a microempresa. Ao contestar, o Senador José Fogaça (PMDB-RS) argumentou que não se pode estabelecer limite único num País com a diversidade econômica do Brasil.

Por acordo de lideranças, aprovou-se emenda, que teve 362 votos favoráveis, um contra e três abstenções, determinando que lei ordinária detalhará incentivos e tratamento diferenciado para a microempresa, sim-

plificando, reduzindo ou eliminando suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

A Constituinte reabrirá os trabalhos segunda-feira, às 14h30m, tendo como primeiro item da pauta exame de emenda do Deputado Fernando Lyra (sem partido-PE), vedando a atuação de empresas estrangeiras no aerolevanteamento do território brasileiro, salvo com autorização do Congresso condicionada a reciprocidade internacional. A proposta foi discutida e votada, mas como não houve quorum, será feita outra votação.

Opção nacionalista desagrada Osires

BRASÍLIA — A proibição de novos contratos de risco, decidida ontem pela Constituinte, não agradou aos Presidentes da Petrobrás, Osires Silva, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Roberto França Domingues, e da Shell do Brasil, Robert Broughton. Osires evitou comentar a decisão, dizendo-se disciplinado, mas lembrou ter firmado posição a respeito do assunto em depoimento no Senado. Naquela ocasião, o Presidente da Petrobrás já se manifestara a favor da política de contratos de risco.

Já o Presidente do CNP, Roberto França Domingues, confessou que ainda tem esperanças numa virada. Ele considera possível uma revisão da medida, no segundo turno, abrindo espaço para novos contratos, desde que com prévia aprovação do Congresso. Para o CNP, justificou, tal mudança seria muito interessante.

— Agora mesmo, a Texaco tem duas boas possibilidades de descobrir petróleo — informou.

O Presidente do CNP argumentou que o Brasil necessita de investimentos estrangeiros, de moeda forte.

Com Domingues concordou o Presidente da Shell, Robert Broughton, ao afirmar que o País e a Petrobrás são os grandes perdedores com a resolução da Assembléia Constituinte.

— Como brasileiro adotivo, lamento a decisão da Constituinte — disse Broughton, que vive há dois anos no Brasil. Em seguida, revelou que as duas decisões dos parlamentares — tanto a nacionalização do subsolo brasileiro, como a proibição de novos contratos de risco — repercutiram de forma muito negativa no exterior.

● ULYSSES — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem no Rio — onde participou do casamento da enteada do Ministro da Previdência, Renato Archer —, que a decisão da Constituinte de nacionalizar a exploração mineral foi tomada com alto senso de responsabilidade. Para ele, um dos detalhes mais importantes da votação foi o resultado expressivo, que não deixa margem a dúvidas.

— Foi um resultado de maioria significativa. Pode haver discordância, mas estas decisões foram amadurecidas há mais de um ano. Cada vírgula, cada palavra, os detalhes e os pormenores do problema — levando em consideração inclusive a existência dos grupos de pressão — foram exaustivamente discutidos. Trata-se, portanto, de uma decisão soberana.

O Governador da Bahia, Waldir Pires, manifestou-se de acordo com a decisão dos Constituintes. Na sua opinião, a nacionalização da exploração mineral contribuirá para a consolidação da indústria nacional.

A síndrome do plenário

Constituintes exigem que Mesa faça obras para tornar o recinto menos poluído e estressante

Telefoto de Sérgio Marques



Valle: problemas na garganta

BRASÍLIA — A saúde da Constituinte vai mal. Obrigados a permanecer sentados diariamente cerca de 12 horas, em ambiente de iluminação artificial, de precaríssima renovação do oxigênio (15 por cento) e aspirando grande concentração de fumaça de cigarros, os parlamentares começam a se ressentir fisicamente das consequências dessa privação. Dois deles, os Deputados Alvaro Valle (PL-RJ) e João Paulo (PT-MG), exigiram ontem do Deputado Ulysses Guimarães uma reforma do plenário, ainda que parcial, para reduzir o desgaste dos Constituintes.

A preocupação dos parlamentares com a questão é antiga. Agravou-se, porém, com o falecimento, há pouco mais de uma semana, do Senador Antônio Faria (PMB-PE), no serviço médico do Senado, vitimado por enfarte, após uma semana de sessões de dez a 12 horas diárias. O Deputado João Paulo contabiliza uma média de 20 atendimentos diários a parlamentares, durante as sessões. Os sintomas têm causa comum: má circulação de oxigênio em ambiente altamente poluído.

O Deputado Alvaro Valle, sentindo-se completamente afônico, procurou, há dez dias, seu médico particular, o otorrinolaringologista Neves Pinto. Este, depois de detalhado exame das cordas vocais, concluiu que ele padecia de uma inusitada moléstia: síndrome do plenário. Suas cordas vocais estão em perfeito estado, mas não resistem a uma bateria de sessões de 12 horas, em ambiente fechado, enfumaçado e tenso.

Do mesmo mal, queixam-se Gastone Righi (PTB-SP), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Paulo Delgado (PT-MG), Carlos Alberto (PTB-RN), Teth Azize (PSB-AM) e Paulo Paim (PT-RS), entre outros. O Senador Lourival Batista (PFL-SE), que é médico e um dos mais sistemáticos críticos do uso do cigarro em plenário, constatou que não apenas os parlamentares, mas até mesmo o painel eletrônico das votações sofre com os tabagistas.

Os técnicos que fazem a manutenção do painel informaram que a excessiva quantidade de fumaça no plenário, por períodos bastante longos, acaba interferindo no funcionamento da sofisticada engenharia de computação.

Entretanto, os problemas não se esgotam no cigarro. A questão central é o reduzido índice de renovação do oxigênio, o que, segundo João Paulo, altera perigosamente o processo de irrigação sanguínea do cérebro. Isto é, interfere até no raciocínio dos Constituintes. O especialista Neves Pinto acrescenta:

— Isso somado à baixíssima umidade de Brasília, que no plenário é ainda mais baixa, gera problemas que afetam desde o pulmão até o nariz, alcançando todas as vias respiratórias. Com menos de 50 por cento de umidade ambiente, o problema é grave — diz o médico.

João Paulo reclama a falta de providências e encaminhou o problema a Ulysses, ao Primeiro Vice-Presidente da Câmara, Homero Santos (PFL-MG), e ao Primeiro Secretário Paes de Andrade (PMDB-CE), há 20 dias, com a sugestão de que fossem requisitados os serviços da Fundação — órgão do ao Ministério do Trabalho incumbido de vistoriar a salubridade de ambientes de trabalho.

Petrobrás pode vir a ser afetada no exterior

A decisão da Constituinte de acabar com os contratos de risco no Brasil poderá afetar a Petrobrás nas suas atividades de exploração sob contrato de risco no exterior. Esse temor foi manifestado ontem pelo Presidente da Braspetro e Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Wagner Freire, que considera a decisão da Constituinte um retrocesso para o País.

— A economia mundial — disse ele — está cada vez mais internacionalizada. Ou as empresas se voltam para o exterior e buscam ser compe-

titivas ou vamos retroceder. E cada vez mais nos isolamos.

Wagner Freire disse esperar que os países não retalem a Petrobrás em suas atividades exploratórias realizadas no exterior pela Braspetro, mas admitiu que "existem manobras sutis, que não estão escritas, que podem ser adotadas contra o Brasil".

Para o Presidente da Braspetro, uma das principais contribuições dos contratos de risco para o País foi a descoberta da Bacia de Santos, feita

pela Pecten, do grupo Shell.

Ele disse que a Petrobrás voltou a essa bacia e está prestes a anunciar a descoberta de importante região petrolífera. Acrescentou que os contratos têm sido instrumento útil para conhecimento geológico de áreas de alto risco onde a Petrobrás jamais faria pesquisas.

Segundo Wagner Freire, estão em vigor no Brasil 43 contratos de risco com quatro empresas estrangeiras: Texaco Exploration; Texaco Canadá; Pecten; e Idimitsu.

Nacionalização recebe apoio de Aureliano

BRASÍLIA — A nacionalização dos recursos minerais e o veto a novos contratos de risco para pesquisa e exploração de petróleo, votados na quinta-feira pela Constituinte, foram aprovados ontem pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, por preservarem os interesses nacionais. Ele destacou o compromisso das Lideranças de manterem, nas Disposições Transitórias, os contratos de risco em vigor. Ressaltou ainda a necessidade de a nacionalização ser bem regulamentada.

Para Aureliano, que participou da comemoração do 50º aniversário do Conselho Nacional do Petróleo, no Hotel Nacional, a atual legislação tem falhas, permitindo que empresas estrangeiras e nacionais requisitem imensas áreas para pesquisas e só as realizem em parte, "sentando-se em cima desses alvarás". Tal procedimento, na sua avaliação, entrava o desenvolvimento nacional.

— O capital estrangeiro que vem para o Brasil com o desejo de participar do desenvolvimento nacional tem de ser bem-vindo. O que vem sentar-se em cima de nossas riquezas, em lugar de explorá-las convenientemente, não pode ser bem recebido.

Na opinião de Aureliano, o Brasil não se fechou ao capital estrangeiro ao nacionalizar a exploração dos minérios e vetar os contratos de risco. A Constituinte, explicou, "preservou, inclusive, uma posição importante e evitou a precipitação que seria a nacionalização da distribuição de petróleo".

Ele considerou ter a Assembléia trabalhado sobre dados concretos, levando em conta a competência da Petrobrás para explorar com êxito o subsolo brasileiro.

O Ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, também julgou correta a decisão da Constituinte "porque impedirá a exaustão de reservas minerais importantes, um cuidado que até agora não vinha sendo tomado no País".

— A maioria dos constituintes, independentemente de grupos ou ideologias, julgou ser essa a melhor decisão para a preservação das reservas do País.

A solenidade foi praticamente um encontro do grupo do General Ernesto Geisel, pondo o ex-Presidente no centro das atenções. Aureliano traduziu esse clima no encerramento: "Quem a presidiu, por justiça e hierarquia, foi o Presidente Geisel".

Participaram da Mesa antigos companheiros do General, como Shigeaki Ueki, seu Ministro das Minas e Energia e Presidente da Petrobrás de Figueiredo; General Araken de Oliveira e Marechal Waldemar Levy Cardoso, ex-Presidentes do CNP durante os Governos militares; os Ministros da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, e SNI, Ivan de Souza Mendes, ex-Conselheiros; e o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. O atual Presidente do CNP, General França Domingues, tem mais um laço a ligá-lo ao ex-Presidente, pois é casado com a filha única de seu irmão, o General Orlando Geisel.

Ministro reivindica maior solidariedade

BRASÍLIA — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, investiu contra posições extremadas, aludiu a bodes expiatórios, pediu responsabilidade solidária e condenou a falta de soluções de entendimento no Brasil, ao discursar ontem na cerimônia do 50º aniversário do Conselho Nacional do Petróleo, no Hotel Nacional.

— Está sendo oferecida uma camisa de Antônio Conselheiro ou se está buscando um bode expiatório? É claro que as duas coisas não fazem parte de uma sociedade equilibrada.

Mais tarde, em entrevista, daria o exemplo do Plano Cruzado como uma alternativa mágica que se mostrara ineficaz.

— Um País não resolve seus problemas por decreto, mas com trabalho e competência. Houve um salto do Brasil que conseguia resolver todos os seus problemas para um País que não consegue resolver nenhum.

A uma audiência de Ministros, ex-Ministros, dirigentes de estatais e técnicos, pediu compreensão:

— Cada um dos senhores tem que compreender que Governo não é uma vaca que se alimenta no céu e ordenha-se na terra. Todos têm que ter responsabilidade solidária.

Ele não quis traduzir suas referências a Antônio Conselheiro e ao bode expiatório, mas garantiu que não se referia à CPI da Corrupção.